

GT2: Comunicação e gestão de programas de inclusão digital

Disponibilidade de dados sobre gestão pública: avaliação das informações sobre políticas de cultura presentes no portal eletrônico do governo da região Central do Estado de São Paulo.

LIBERATO, Fabíola de Paula¹

Resumo

Uma sociedade democrática garante aos cidadãos a possibilidade destes fazerem escolhas com base em informações diversas e seguras. É direito fundamental o cidadão ter acesso a informação pública. Espera-se de um governo transparência e responsabilização, que este assuma as conseqüências das políticas públicas que planeja, coordena e executa. O presente trabalho faz parte da dissertação de mestrado em andamento e para incorporar a pesquisa serão analisados neste artigo os dados das políticas públicas sobre cultura disponíveis no portal administrativo da região Central (Araraquara e São Carlos) do Estado de São Paulo. Os resultados obtidos irão compor e fundamentar a análise das políticas que será realizada através de variáveis de avaliação dos dados que irão estabelecer percentuais em relação a abrangência e a disponibilidade das informações atingidas pela comunicação pública digital das políticas públicas analisadas.

Palavras-chave: comunicação pública; internet; políticas públicas; portais de governo.

Introdução

Uma sociedade democrática garante aos cidadãos a possibilidade de fazerem escolhas com base em informações diversas e seguras. É direito fundamental o cidadão ter acesso a informação pública. Espera-se de um governo transparência e responsabilização, que este assuma as conseqüências das políticas públicas que planeja, coordena e executa.

¹ Pós Graduanda do Mestrado em Comunicação do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP de Bauru/SP e bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela mesma instituição. E-mail: fabiolaliberato@hotmail.com.

O progresso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) faz aumentar a disponibilidade de dados sobre gestão pública nos portais de governo na internet. No Brasil, os portais eletrônicos estão assumindo cada vez mais a publicação de informações sobre áreas de gestão. Dessa forma, os governos oferecerem dados sobre diversos tipos de políticas públicas desenvolvidas que os cidadãos podem analisar. Mas, a falta de conteúdo disponível na internet é recorrente, deixando de atingir a finalidade de dirigir a elaboração de opiniões refletidas sobre as políticas implantadas pelos governantes. São necessários investimentos para o aprimoramento dos portais, que devem conter subsídios mais abrangentes, que sejam capazes de abarcarem as necessidades dos cidadãos e permitam a vasta formulação de idéias e opiniões.

Desse modo, ressalta-se a importância em avaliar de forma ordenada e prudente as informações sobre políticas públicas elaborada pelos governantes que se encontram disponíveis nos portais de governo na internet. A partir da análise, será verificado se os dados apresentados possuem amplitude e profundidade necessárias para embasar decisões mais amplas.

No presente artigo, pretende-se analisar a partir de critérios específicos, provenientes da área de avaliação de políticas públicas, a abrangência e a profundidade das informações sobre as políticas “Mais Arte na Escola”, “Cinema para todos”, “Mercado das Artes”, “Ciranda Cultural”, “Projeto Dançar”, “História dos Bairros”, “Projeto Canto Coral” e “Coral Infantil Bem-Te-Vi” presentes no portal eletrônico do governo da região Central (Araraquara e São Carlos) do Estado de São Paulo.

Gestão pública

A comunicação pública pode ser considerada uma área que opera a intermediação da comunicação entre instituições públicas e os cidadãos. A função da comunicação pública é informar, escutar, considerar a relação social com os cidadãos, estabelecer diálogos e a prestação de serviços, estabelecendo-se como um espaço de discussão pública e tomada de decisões.

O diálogo e o processo argumentativo, com base na ação comunicativa, são essenciais para que as discussões nos espaços comunicacionais almejem o consenso. A comunicação mediada por aparelhos tecnológicos tornou o espaço público mais virtual, criando novas necessidades. No momento em que as novas tecnologias da informação

auxiliam a comunicação pública, nasce a possibilidade de disponibilizar serviços e dados de maior amplitude (DUARTE, 2006 e 2007; SOUSA, 2006; FERREIRA, 2009).

A comunicação pública que se torna possível em função do avanço tecnológico pode ser vista como algo potencialmente plural e diversificado, capaz de estimular o desenvolvimento de determinadas qualidades democráticas atualmente valorizadas pela literatura especializada.

Para a afirmação contemporânea da democracia, a propagação de informações com contexto e profundidade adequados se mostra imprescindível. Para que o cidadão torne-se apto a escolher entre projetos políticos em disputa na arena pública, precisa de informações diversificadas sobre ações políticas, projetos, escolhas e conseqüências previstas: “o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural” (MIGUEL, 2004, p.130).

O distanciamento entre Estado e cidadão pode ser atribuído, entre outros fatores, a dificuldade de acesso à informação, de forma que os cidadãos não compreendem a política como algo que possui significado ativo para sua vida habitual. “A ausência de efetividade se experimenta, no final das contas, como desconexão entre a esfera em que se toma decisão política e em que se controla o Estado, de um lado, e a esfera da cidadania do outro” (GOMES e MAIA 2008, p. 296).

Bezerra e Jorge (2010) utilizam a boa governança como indício da democratização entre cidadãos e Estado. O acesso a dados claros, que ajudem a tomada de decisão de governantes e representados, é algo que faz com que as relações entre cidadãos e representantes ocorram de forma democrática. Assim, através do uso da internet como meio de comunicação e informação, pratica-se a responsabilidade pública, recurso necessário para o exercício da boa governança.

Para que os cidadãos tenham domínio do contexto envolvido nas decisões a respeito de determinado tema político, precisam de mais dados, que, de acordo com Bezerra e Jorge (2010), vão além das informações acessíveis no rádio, televisão e jornal. As tecnologias da comunicação e informação podem aproximar representantes e governo, possibilitando a divulgação de dados importantes para o fortalecimento da fiscalização das ações políticas dos representados.

Silva (2005) e Gomes (2005) ressaltam que a democracia digital pode ser investigada em diferentes graus.

A existência de informações e prestação de serviços públicos caracteriza o primeiro grau de participação democrática em meio digital. Nesse grau, o governo utiliza a internet para disponibilizar serviços que são qualificados como de uma única via, predominando duas funções, a do governo em fornecer informações e serviços básicos, e a dos cidadãos, que agem como receptores.

O segundo grau de democracia digital pauta-se na utilização das tecnologias de informação e comunicação para obter opiniões dos cidadãos, de modo que as tecnologias são usadas para auxiliar determinada resolução política e elaborar a agenda pública. Nesse caso, o cidadão ainda é visto como receptor das informações, uma vez que não há diálogo entre representantes e governo, embora se inicie um processo de abertura por meio das consultas realizadas pelos cidadãos.

Na democracia digital de terceiro grau, a partir de plataformas de comunicação e informação como a internet, ocorreria a realização de *accountability*, possibilitando maior intercessão da sociedade nas ações do governo, que tende a ser mais transparente, no entanto, nesse grau as decisões políticas permanecem sob competência dos representantes.

Caracterizando-se como um dos métodos mais sofisticados de participação na democracia, tem-se o quarto grau de democracia digital que abarca discussões e diálogos para alcançar definições políticas em conjunto. Nesse grau de democracia ocorre a transformação do papel dos cidadãos que passam de receptores à agente nas decisões políticas, crescendo a participação dos representados de forma visível.

Considerado como sendo “o mais idealista na escala da participação civil, e sua implementação acarretaria uma mudança significativa no modelo democrático”, tem-se o quinto grau de participação democrática digital (SILVA, 2005, p. 456). Nesse grau, os cidadãos tomariam o lugar dos governantes nas decisões políticas, considerando a interatividade das tecnologias de comunicação. Dessa forma, a população passa a ter condições de se organizar e tomar decisões.

O Estado pode assumir papel importante no uso das novas tecnologias de comunicação e informação no fortalecimento da democracia, em suas diversas esferas administrativas. Segundo Silveira (2010), no âmbito das cidades ocorrem problemas constantes, e os municípios esperam o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a solução de demandas na educação, meio ambiente, saúde, transporte etc. O

crescimento de movimentos que visam soluções para os problemas sociais são notados no perímetro urbano. Por isso, o espaço urbano tem se destacado como importante cenário de transformação, que possui capacidade de influenciar e modificar o panorama global.

A descentralização administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988 resultou em autonomia para a gestão de recursos pelas cidades (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 2004). No novo contexto municipal, as novas mídias podem contribuir para gerar transformações que afetam diretamente a sociedade. “De maneira simples e direta, as redes digitais estão aí para servir aos objetivos que a cidade traça para si mesma” (SILVEIRA, 2010, p. 171).

A questão em busca de resposta é como as tecnologias de informação e comunicação podem auxiliar uma cidade a ter maior índice de participação política. O Estado se coloca como vetor de mudança. “O governo municipal, em parceria com o mercado e a sociedade civil organizada, pode ser o grande catalisador dos fluxos comunicacionais urbanos” (SILVEIRA, 2010, p. 171).

A ação do Estado através do governo eletrônico se relaciona à prestação de serviços e à divulgação de informações por meio da internet, modificando a forma de o governo desempenhar suas funções, o que, segundo Barbosa (2010), exige a informatização de processos para aumentar a participação dos cidadãos na fiscalização do Estado e tornar mais eficazes as políticas públicas. Com o objetivo de melhorar os serviços oferecidos pelo Estado, diminuir os custos, o tempo gasto e aumentar a *accountability*, o acesso ao governo, a fiscalização e visando reduzir a corrupção que o governo eletrônico foi desenvolvido (PEREIRA, AMARAL E COSTA, 2010).

Um dos eixos do governo eletrônico se pauta no desenvolvimento de estruturas de *accountability*, “que permitem um incremento do acesso à informação correta e transparente e à prestação de contas dos governantes através da responsabilização social” (PEREIRA, AMARAL E COSTA, 2010, p. 4).

Accountability e responsabilização exigem transparência, que, segundo Silveira (2010), inclui um conceito de informações governamentais abertas que está se firmando por promover discussões, cooperação e participação dos cidadãos.

O direito à informação pública se relaciona a governança, ou seja, ao conjunto de processos, leis, regulamentos, poder e instituições que controlam a forma de

administrar o Estado, organizando os interesses dos representantes. Segundo Canela e Nascimento (2009), a *accountability* é importante para que se tenha uma boa governança, e ao tornar a informação pública acessível aos cidadãos há o fortalecimento da *accountability*, diminuindo as distorções das políticas públicas em relação a seus objetivos planejados.

Considerando o contexto comunicacional, é preciso certificar que a transparência “não será garantida pela simples publicação de dados e de informações na rede, mas por meio de uma estratégia clara de gestão informacional” (SILVEIRA, 2010, p. 127).

Avaliação sobre políticas públicas

Segundo Souza (2006), as políticas públicas passaram a ser consideradas subárea da ciência política e uma das ramificações dessa disciplina foi a pesquisa para entender porque os governos escolhem determinadas ações e de que forma isso se dá. Muitas são as definições do que é política pública, mas uma aproximação básica supõe três questões para serem entendidas, que são: quem faz o quê, por que e que diferença faz:

Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/ regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p. 40).

Conforme Arretche (2003) aumentaram as pesquisas sobre assuntos relacionados às políticas de governo, porém ainda é baixa a produção de conhecimento nessa área. De acordo com Faria (2005), a avaliação de políticas públicas é classificada conforme seu *timing*, ou seja, o período antes, durante e após a aplicação de determinada política.

Segundo Carvalho (2003), as avaliações são divididas em processo e impacto. A primeira analisa o desenvolvimento dos programas, a partir da ponderação e adaptação dos recursos usados no decorrer do processo, considerando resultados obtidos em relação aos objetivos propostos. O

segundo analisa os impactos sobre a sociedade, as mudanças ocorridas e seus efeitos. A avaliação é caracterizada como instrumental de análise, por focar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas.

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação de forma sistemática contribui para a obtenção de melhores resultados. A partir da avaliação dos programas públicos, torna-se possível o controle dos recursos investidos.

De acordo com Costa e Castanhar (2003), avaliação pode ser considerada uma forma de mensuração e julgamento de valor. Para Trevisan e Bellen (2008), parte dos estudos sobre avaliação de políticas públicas se concentra nas questões metodológicas e nas diferentes formas de avaliar essas políticas:

Uma metodologia de avaliação de programas sociais envolve, então, a escolha de um conjunto de critérios e o uso de um elenco de indicadores (ou outras formas de mensuração) consistentes com os critérios escolhidos e que permitam efetuar um julgamento continuado e eficaz acerca do desempenho de um programa ou conjunto de programas, mediante o confronto com os padrões de desempenho anteriormente estabelecidos (COSTA E CASTANHAR, 2003, p.975).

Rothberg (2010) desenvolveu uma pesquisa que avalia comparativamente os portais brasil.gov.br e saopaulo.com.br em relação a qualidade das informações disponíveis e a facilidade de navegação nos portais, nas áreas de meio ambiente, assistência social, educação e saúde. Para compor a análise dos portais, foram utilizados critérios de avaliação de informações.

Para investigar a abrangência das informações sobre políticas públicas existentes nos portais eletrônicos do governo federal e do Estado de São Paulo, a metodologia utilizada por Rothberg (2010) foi composta por variáveis de avaliação das informações a respeito das políticas públicas. De acordo com Costa e Castanhar (2003), Rothberg (2010), Carvalho (2003), Souza (2006) e Trevisan e Bellen (2008), essas variáveis estabelecem critérios como: antecedentes; diagnósticos; objetivos; métodos; recursos atuais, ações atuais; recursos planejados; ações planejadas; eficiência; eficácia; impacto; custo-efetividade; satisfação do usuário e equidade.

Braga (2007) desenvolveu um estudo que analisa de forma comparativa os *sites* dos órgãos parlamentares dos países da América do Sul, com o objetivo de avaliar as informações ali presentes. De acordo com essa pesquisa, constata-se que:

(...) diversos *websites* ainda apresentam deficiências na disponibilização de tais informações ao público mais amplo, fenômeno este que consideramos fortemente correlacionado ao baixo grau de institucionalização das democracias parlamentares de alguns países, embora o inverso não seja necessariamente verdadeiro. Detectar com precisão essas deficiências e concentrar esforços para saná-las pode ser uma importante dimensão do esforço para a institucionalização e o aperfeiçoamento da democracia parlamentar no continente sul-americano (...) (BRAGA, 2007, p. 33).

Pesquisas recentes sobre o *website* do governo federal indicam, segundo Rothberg (2008), que está havendo a prática de democracia digital, em fase de experimentação, mas que já aponta para desdobramentos que podem resultar na exploração competente da comunicação pública digital das políticas públicas. Desse modo, o governo utiliza-se da democracia digital com o objetivo de ampliar a rede de informações e prestação de contas aos cidadãos.

Metodologia de análise das informações presentes no portal eletrônico da região Central (Araraquara e São Carlos)

Para compor a análise das informações sobre as políticas públicas de cultura disponíveis no portal eletrônico da região Central (composta pelas cidades de Araraquara e de São Carlos) do Estado de São Paulo, serão empregadas as seguintes variáveis com base no referencial teórico utilizado: antecedentes; diagnósticos; objetivos; métodos; recursos e ações atuais; recursos e ações planejadas; eficiência; eficácia; impacto; custo-efetividade; satisfação do usuário e equidade.

A presença de dados relacionados às doze categorias de avaliação propostas será mensurada através da atribuição de indicador entre “0” (ausência de informação relacionada), “1” (presença de informações superficiais, com até 200 caracteres), “2” (presença de informações com relativa abrangência, entre 201 e 400 caracteres) e “3” (presença de informações mais aprofundadas, acima de 400 caracteres).

A avaliação das políticas deve gerar percentuais em relação a abrangência e a disponibilidade das informações atingidas pela comunicação pública digital das seguintes políticas públicas sobre cultura: “Mais Arte na Escola”, “Cinema Para Todos”, “Mercado das Artes”, “Ciranda Cultural”, “Projeto Dançar”, “História dos Bairros”, “Projeto Canto Coral” e “Coral Infantil Bem-Te-Vi” abordadas no portal da região Central analisado. O resultado da análise dos dados sobre essas políticas irá apontar possíveis deficiências nas informações do portal da região Central.

Análise das políticas públicas sobre cultura disponíveis no portal eletrônico da região Central

Conforme a metodologia adotada, foi feita a análise das informações sobre políticas públicas na área de cultura disponíveis no portal da região Central que compõem as regiões administrativas do Estado de São Paulo. A região Central é composta pelas cidades de Araraquara (<http://www.araraquara.sp.gov.br>) e de São Carlos (<http://www.saocarlos.sp.gov.br>).

Segundo os critérios de avaliação estabelecidos na metodologia acima, uma política pública atinge o nível máximo de informação quando alcança 36 pontos. Essa pontuação ideal aponta a presença de informações necessárias sobre gestão pública para os cidadãos, que passam a ter conhecimento sobre as políticas desenvolvidas, exercendo o direito à informação.

Foram analisadas 8 políticas públicas presentes no portal da região Central, uma disponível no *site* da prefeitura de Araraquara (“Mais Arte na Escola”) e as outras 6 no *site* da prefeitura de São Carlos (“Cinema Para Todos”, “Mercado das Artes”, “Ciranda Cultural”, “Projeto Dançar”, “História dos Bairros”, “Projeto Canto Coral” e “Coral Infantil Bem-Te-Vi”).

Se todas as políticas avaliadas atingissem nível máximo, comportariam o alcance de 288 pontos. Depois de analisar as políticas sobre cultura, a pontuação obtida foi de 48 pontos, o que representa 13,68% do total de 288.

A política que apresentou maior pontuação, com 13 pontos foi “Mais Arte na Escola” que abarcou informações que se relacionam aos seguintes itens: objetivos (2), recursos e ações atuais (2), objetivos (2), Metas (3), diagnósticos (2), recursos e ações

planejadas (2). Em contrapartida, a menor pontuação foi oferecida pela política “Mercado das Artes” com 2 pontos relacionados ao diagnóstico.

Algumas variáveis de avaliação de políticas públicas consideradas mais complexas, que exigem informações mais profundas sobre as políticas como “eficiência”, “eficácia”, “custo-efetividade”, “satisfação do usuário” e “equidade” não foram encontradas no portal da região Central. O fato de não haver informações relacionadas a essas variáveis sugere que os governantes procuram não disponibilizar dados mais profundos sobre as políticas públicas. Dessa forma, sem informações, os cidadãos não podem cobrar resultados, exercer pressão, maior controle e transparência das atividades exercidas pelos representados. A ausência de variáveis que medem o feedback entre governo e cidadãos demonstra falta de interesse e preocupação dos governantes em atender as necessidades e averiguar a satisfação dos cidadãos em relação as políticas públicas desenvolvidas.

Considerações Finais

A informação de qualidade sobre a gestão pública do Estado é essencial para a participação política dos cidadãos, e por isso deve ser gerida com transparência e responsabilidade. A partir dos referenciais teóricos utilizados, percebe-se a necessidade de pesquisas sobre a qualidade das informações sobre políticas públicas disponíveis nos portais eletrônicos de governo, uma vez que considerando uma breve pesquisa, nota-se que esses portais apresentam amadorismo na elaboração das informações.

A internet pode conferir ao cidadão a participação no processo político que passa a ser de mão dupla, uma vez que as interações ocorrem com maior velocidade. No entanto, para que isso ocorra no âmbito dos portais eletrônicos de governo, é preciso qualificar as informações presentes nos sites.

Disponibilizar informações sobre políticas públicas, gastos, orçamento etc. através de recursos da tecnologia digital são algumas formas de estimular a proximidade entre cidadão e governo, adquirir mais transparência na gestão governamental e tornar os portais de governo mais democráticos.

Como sugere Rothberg (2010), os sítios obteriam mudanças positivas se fossem construídos por equipes multidisciplinares principalmente por profissionais da área de comunicação e ciências sociais. Profissionais que atuem nessa área precisam ser

qualificados, saber extrair as informações presentes na rede e classificá-las de acordo com os critérios de avaliação de políticas públicas. A forma como os dados sobre políticas públicas são dispostos nos portais eletrônicos se relaciona com o aproveitamento que os cidadãos podem absorver dessas informações.

Referências

- AVRITZER, L. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- ARRETCHE, Marta. *Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- BEZERRA, H. D.; JORGE, V. L. *Democracia digital e participação política no Brasil*. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 34, 2010, Caxambu, MG, 2010.
- BRAGA, S. S. *Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul*. *Opinião Pública*, v. 13, n.1, p. 1-50, 2007.
- CANELA, G e NASCIMENTO, S.(coords). *Acesso à informação e controle social das políticas públicas*. Brasília: ANDI; Artigo 19, 2009.
- CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. *Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos*. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, p. 962-969, 2003.
- DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DUARTE, J. *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. 1ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, J e VERAS, L. (orgs). *Glossário de Comunicação Pública*. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- FARIA, C. A. P. *A política da avaliação de políticas públicas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.
- FERREIRA, M. K. D. *Comunicação pública e cidadania: um estudo exploratório na unidade do Poupatempo Bauru (SP)*. 2009. 182f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2009.
- GOMES, W. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. *Fronteiras –Estudos Midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.
- GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

MIGUEL, L. F. *Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia*. Comunicação & Política, v. 22, n. 3, p. 129-147, 2004.

PEREIRA, M; AMARAL, E. e COSTA, M. *Governo eletrônico e os executivos municipais: o caso de Minas Gerais*. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 34, 2010, Caxambu, MG, 2010.

ROTHBERG, D. *Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania*. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 34, 2010, Caxambu, MG, 2010.

SILVA, D. B. *Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos*. In: SILVEIRA, S. A. (Org.). *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010, p. 115-135.

SILVEIRA, S. A. (Org). *Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks* 1a ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá - Educação e Tecnologias, 2010.

SOUSA, M. Wilton de (org): *Recepção mediática e espaço público: novos olhares*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, ano 8 n16. Julho/dezembro, Porto Alegre, 2006, p.20-45.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. *Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. RAP – Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, 2008.